

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

BRUNO RODRIGUES SOUTO MAIOR MONTEIRO

**O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS SOCIAIS
E AMBIENTAIS NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

RIO DE JANEIRO/RJ

2023

BRUNO RODRIGUES SOUTO MAIOR MONTEIRO

**O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS SOCIAIS
E AMBIENTAIS NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Alberto de Oliveira

RIO DE JANEIRO/RJ

2023

CIP - Catalogação na Publicação

M775p Monteiro, Bruno Rodrigues Souto Maior
O papel dos bancos públicos para minimizar os impactos sociais e ambientais nas mudanças climáticas / Bruno Rodrigues Souto Maior Monteiro.
- Rio de Janeiro, 2023.
34 f.

Orientador: Alberto de Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2023.

1. Blended Finance. 2. Bancos Públicos. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Impactos sociais e ambientais nas mudanças climáticas. I. de Oliveira, Alberto, orient. II. Título.

Bruno Rodrigues Souto Maior Monteiro

**O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS PARA MINIMIZAR OS
IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 22/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Alberto de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Documento assinado digitalmente

ALBERTO DE OLIVEIRA

Data: 24/12/2023 14:20:27-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Deborah Werner

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Documento assinado digitalmente

DEBORAH WERNER

Data: 20/12/2023 11:57:15-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dedico este trabalho a minha mãe e meus avós pelo incentivo e apoio.

RESUMO

Este estudo aborda a temática das inovações financeiras, com foco particular no Blended Finance, como uma estratégia relevante para financiar os investimentos necessários para mitigar os impactos sociais e ambientais decorrentes das mudanças climáticas. As mudanças climáticas representam um dos desafios mais prementes que a humanidade enfrenta, exigindo a mobilização de recursos substanciais para promover a adaptação e a mitigação. O objetivo geral deste trabalho é analisar o Blended Finance como uma ferramenta viável para financiar os investimentos necessários para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Especificamente, busca-se compreender como essa abordagem pode contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, abrangendo artigos científicos publicados no período de 2010 a 2023. A análise evidenciou que o Blended Finance pode ser uma ferramenta eficaz na busca por soluções sustentáveis, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, a integração de diferentes fontes de financiamento, públicas e privadas, pode desempenhar um papel crucial na promoção da adaptação e mitigação das mudanças climáticas, bem como na construção de um futuro mais sustentável para as gerações futuras.

Palavras – Chave: Blended Finance; Bancos Públicos; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study addresses the topic of financial innovations, with a particular focus on Blended Finance, as a relevant strategy for financing the investments needed to mitigate the social and environmental impacts of climate change. Climate change represents one of the most pressing challenges humanity faces, requiring the mobilization of substantial resources to promote adaptation and mitigation. The overall objective of this work is to analyze Blended Finance as a viable tool for financing the investments required to address the impacts of climate change. Specifically, the aim is to understand how this approach can contribute to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs) established by the United Nations. To achieve this goal, a comprehensive literature review was conducted, encompassing scientific articles published from 2010 to 2023. The analysis highlighted that Blended Finance can be an effective tool in the search for sustainable solutions, contributing to the attainment of the Sustainable Development Goals (SDGs). Thus, the integration of different sources of funding, both public and private, can play a crucial role in promoting climate change adaptation and mitigation, as well as in building a more sustainable future for future generations.

Keywords: Blended Finance; Public Banks; Sustainable Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	12
3 O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS NO ESTADO EMPREENDEDOR	14
3.1 Uma Concisa Retrospectiva da Progressão do Conceito de Desenvolvimento Econômico Sustentável	17
3.2 O Blended Finance: estrutura e inovações	21
3.3 O Papel dos Bancos de Desenvolvimento e dos Organismos Multilaterais na Promoção do Desenvolvimento Sustentável	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial marcou um período de avanços tecnológicos e prosperidade econômica, mas também trouxe consigo desafios significativos. O rápido crescimento industrial e urbano impulsionado pela demanda por bens e serviços resultou em uma exploração acelerada de recursos naturais, levando a sérias preocupações com a sustentabilidade. Além disso, o aumento das emissões de gases de efeito estufa, principalmente dióxido de carbono (CO₂) proveniente da queima de combustíveis fósseis, desencadeou mudanças climáticas que representam ameaças significativas (Almeida, 2012).

A necessidade de adotar práticas mais sustentáveis e buscar fontes de energia renovável e tecnologias ambientalmente amigáveis tornou-se uma prioridade urgente para garantir um futuro viável para a humanidade. A ECO-92, também conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, representou um marco crucial na governança ambiental global e no desenvolvimento sustentável. Durante essa conferência, foram estabelecidas estratégias e planos de cooperação internacional com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico em harmonia com o meio ambiente (Almeida, 2012).

O Protocolo de Quioto, adotado em 1997 durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), foi um acordo importante que comprometeu os países signatários a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% abaixo dos níveis de 1990 (Goldemberg, 2023).

Entre 13 e 16 de julho de 2015, em Adis Abeba, Etiópia, foram tomadas medidas ousadas para reformular o compromisso político global em relação aos desafios de financiamento e para criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável em todos os níveis. O acordo resultante, a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), foi ratificado por 193 membros das Nações Unidas durante a 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Esse acordo se baseou no Consenso de Monterrey (2002) e na Declaração de Doha (2008) e visava alcançar objetivos como a erradicação da pobreza e da fome, além de promover o desenvolvimento sustentável, considerando três dimensões principais: promoção do

crescimento econômico, proteção do meio ambiente e fomento à inclusão. (Goldemberg, 2023) (Goldemberg, 2023).

De acordo com um estudo liderado pelo WRI Brasil e pela The New Climate Economy, o mundo está atualmente enfrentando uma conjunção de crises sem precedentes, abrangendo questões de ordem social, econômica e climática. Essas crises foram acentuadas pela pandemia de Covid-19, que ressaltou a urgência de acelerar a transição para um novo modelo de desenvolvimento (Barroso, 2019).

A pandemia destacou a necessidade de uma recuperação econômica mais equitativa, sustentável e resiliente ao clima. O desenvolvimento sustentável emerge como uma abordagem capaz de gerar benefícios significativos. Estima-se que até 2030, o desenvolvimento sustentável poderá criar dois milhões de empregos adicionais em comparação com a trajetória atual e contribuir com um aumento de R\$ 2,8 trilhões no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Além disso, essa estratégia pode resultar na redução das emissões de gases de efeito estufa, fortalecendo a competitividade do país (Barroso, 2019).

O Brasil, com sua abundante oferta de recursos naturais e capacidade de atender à demanda de consumidores preocupados com a conservação ambiental, está bem-posicionado para colher os benefícios do desenvolvimento sustentável. Além disso, essa abordagem pode atrair mais investimentos de financiadores que consideram os riscos climáticos e seu impacto nos investimentos, fortalecendo ainda mais a economia brasileira.

A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Ela é um chamado à ação que visa orientar as contribuições de todos os setores da sociedade em direção a esse objetivo. Para isso, a Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, formando uma linguagem universal para direcionar os esforços de implementação dessa agenda.

No entanto, a concretização dos ODS requer investimentos substanciais e a participação de diversos agentes de financiamento. A implementação bem-sucedida dos ODS envolve a mobilização de recursos financeiros significativos e a colaboração de várias partes interessadas, incluindo governos, setor privado, organizações não governamentais e instituições financeiras multilaterais. Essa cooperação é

fundamental para garantir que as metas estabelecidas pela Agenda 2030 sejam alcançadas até o prazo estabelecido, ou seja, até o ano de 2030.

Blended finance é uma abordagem de financiamento que combina recursos financeiros de diferentes fontes, como governos, organizações multilaterais, instituições financeiras privadas e organizações não governamentais, para financiar projetos com impacto social e ambiental positivo. Essa abordagem visa catalisar investimentos privados em setores que tradicionalmente não atraem capital privado devido a riscos percebidos ou retornos financeiros limitados.

Hoje, as mudanças climáticas representam uma das maiores ameaças à humanidade, com impactos sociais e ambientais cada vez mais evidentes. Nesse contexto, surge uma pergunta importante: como podemos mitigar os impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas?

O objetivo geral deste estudo é mostrar as inovações financeiras, particularmente o Blended Finance, como estratégia para financiar os investimentos necessários para conter os impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas.

Para alcançar esse objetivo, serão abordados os seguintes objetivos específicos: avaliar o papel dos bancos públicos na promoção de práticas financeiras sustentáveis e no financiamento de projetos que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa; Investigar as políticas e estratégias adotadas pelos bancos públicos para fomentar a adoção de fontes de energia renovável e tecnologias ambientalmente amigáveis e apontar o impacto das iniciativas dos bancos públicos na mitigação dos impactos sociais das mudanças climáticas, especialmente em comunidades vulneráveis.

A escolha deste tema é justificada pela importância crescente das mudanças climáticas e pela necessidade de uma ação efetiva para reduzir seus impactos negativos. Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na alocação de recursos financeiros e no incentivo a práticas sustentáveis. Portanto, compreender como essas instituições contribuem para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é importante para a busca de soluções eficazes e para a construção de um futuro mais sustentável para a sociedade.

2. METODOLOGIA

Na metodologia, está a natureza do estudo, a caracterização da pesquisa, que ferramentas, instrumentos e procedimentos, como métodos e técnicas de pesquisa, que auxiliam na busca da solução do problema encontrado.

Após a aplicação dos instrumentos e a correspondente coleta dos dados, parte-se para a análise desses resultados e segundo Carvalho, Pimenta e Oliveira (2018) a metodologia engloba um conjunto de operações, onde tem objetivos a serem resolvidos a partir da sistemática utilizada para a construção do quadro teórico.

Como bem ressalta Gil (2002, p. 17), a metodoliga “desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.”

No âmbito deste estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica como abordagem metodológica predominante. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela busca e análise de referenciais teóricos publicados, com o propósito de investigar e discutir as diversas contribuições científicas relacionadas ao tema em questão. Esta abordagem permitiu ampliar o conhecimento acerca do tópico pesquisado, examinando como o assunto foi abordado na literatura científica, sob que enfoque e perspectivas.

Conforme destacado por Andrade (2020), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade estabelecer uma conexão mais profunda com o problema de pesquisa, tornando-o mais compreensível e fornecendo subsídios teóricos para sua análise. Neste contexto, a pesquisa adotada neste estudo é de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender o "porquê" das questões investigadas, explorando as razões subjacentes aos fenômenos estudados e enfatizando a interpretação dos dados em vez de quantificação.

Os métodos qualitativos, como o utilizado nesta pesquisa bibliográfica, visam a explicação das causas e motivos que subjazem aos eventos e fenômenos, priorizando a compreensão do "porquê" das coisas. Eles se concentram em identificar o que é apropriado ou relevante a ser feito, sem, no entanto, quantificar valores ou trocas simbólicas. Em contraste com métodos quantitativos, nos quais os dados são métricos e sujeitos a verificações de fatos, os métodos qualitativos adotam diversas abordagens e se baseiam na análise de dados não métricos.

Portanto, a pesquisa bibliográfica realizada neste estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrando-se na compreensão e interpretação de conceitos, teorias e perspectivas presentes na literatura científica, com o objetivo de enriquecer a análise do tema em foco.

A revisão bibliográfica deste artigo se baseou na consulta de artigos científicos disponíveis nas bases de dados do *Scielo* e *Google Acadêmico*, considerando um período abrangente entre os anos de 2010 a 2023. Para a seleção dos artigos relevantes, foram empregadas palavras-chave específicas relacionadas ao tema de pesquisa. A escolha dos artigos se deu por meio da análise dos títulos, das conclusões e dos resumos disponíveis nas fontes de pesquisa.

3. O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS NO ESTADO EMPREENDEDOR

Nunca na história foi tão importante como nos dias de hoje questionar o papel do Estado na economia. Essa questão tem sido objeto de debate apaixonado desde a publicação de "Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações" por Adam Smith, em 1776. O motivo dessa importância é evidente, pois em muitas partes do mundo estamos testemunhando uma retirada em larga escala do Estado de setores econômicos, uma retirada que tem sido justificada com base na necessidade de reduzir o endividamento público e, talvez de maneira ainda mais sistemática, como um meio de tornar a economia mais "dinâmica", "competitiva" e "inovadora" (Mazzucato, 2014).

A atividade comercial é amplamente reconhecida como uma força impulsionadora da inovação, enquanto o Estado é frequentemente retratado como uma força que pode frear o progresso econômico, sendo visto como um elemento necessário, porém muitas vezes limitante, no contexto econômico contemporâneo. Essa dinâmica desencadeou debates acalorados sobre o equilíbrio adequado entre a intervenção estatal e a liberdade do mercado, desafiando noções tradicionais sobre o papel do Estado na economia (Mazzucato, 2014).

Na verdade, a ascensão da revolução verde que está se desdobrando em todo o mundo coincidiu com um contexto de crise, embora seja importante observar que os investimentos governamentais relevantes nessa área têm raízes mais antigas. No entanto, mesmo se estivéssemos experimentando um período de crescimento econômico robusto, os investimentos em tecnologia verde radical não estariam sendo realizados em quantidade suficiente sem o envolvimento ativo do Estado. Mesmo em tempos de expansão econômica, a maioria das empresas e instituições financeiras tende a preferir financiar inovações incrementais de baixo risco, muitas vezes aguardando que o governo assuma a liderança em áreas mais ousadas e transformadoras (Emmendoerfer, 2019).

De fato, o surgimento da revolução verde, que está se desenrolando globalmente, coincidiu com um período de crise, embora seja relevante destacar que os investimentos governamentais relevantes nessa área têm raízes mais profundas e remontam a um passado anterior. Entretanto, mesmo se estivéssemos atravessando um período de crescimento econômico substancial, os investimentos em tecnologia verde radical não estariam ocorrendo em quantidade suficiente sem o envolvimento

ativo do Estado. Mesmo durante fases de expansão econômica, a maioria das empresas e instituições financeiras tende a favorecer o financiamento de inovações incrementais de baixo risco, muitas vezes aguardando que o governo assuma a liderança em áreas mais arrojadas e transformadoras (Chiavenato, 2004).

À semelhança de todas as revoluções tecnológicas anteriores, o avanço da revolução tecnológica verde depende da iniciativa audaciosa do governo para assumir o papel de protagonista. Isso ocorreu de maneira comparável no passado, em setores como a internet, biotecnologia e nanotecnologia, nos quais o governo desempenhou um papel vital ao impulsionar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias inovadoras e revolucionárias (Mazzucato, 2014).

De fato, é nos Estados mais frágeis que a retórica de redução da carga tributária e eliminação da regulamentação burocrática encontra mais aderência. Um governo confiante compreende que o setor comercial pode expressar preocupações sobre impostos, mas segue na direção das novas oportunidades tecnológicas e de mercado, reconhecendo que essas oportunidades estão intimamente ligadas a setores que demandam investimentos substanciais do setor público (Mazzucato, 2014).

Os sistemas regionais de inovação concentram-se na proximidade cultural, geográfica e institucional que promove e facilita as interações entre os diversos atores socioeconômicos. Pesquisas direcionadas a ambientes inovadores, como distritos industriais e sistemas locais de inovação, têm revelado que convenções e fatores socioinstitucionais específicos em determinadas regiões exercem influência sobre a mudança tecnológica em nível nacional. Entre esses fatores específicos, destacam-se as interações entre as administrações locais, sindicatos e empresas familiares, como exemplificado nos distritos industriais italianos (Hermann, 2011).

O papel do Estado não se restringe apenas à geração de conhecimento por meio de instituições como universidades e laboratórios nacionais, mas também envolve a mobilização de recursos que possibilitem a disseminação do conhecimento e da inovação em todos os setores da economia. Isso é alcançado por meio da ativação das redes de inovação existentes ou facilitando o desenvolvimento de novas redes, que reúnem um grupo diversificado de partes interessadas. No entanto, não basta ter um sistema nacional de inovação rico em redes horizontais e verticais. O Estado também deve liderar o processo de desenvolvimento industrial, criando estratégias para o avanço tecnológico em áreas prioritárias (Hermann, 2011).

Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na implementação das políticas estatais e no financiamento de investimentos necessários para promover mudanças estruturais na economia. Eles utilizam uma variedade de instrumentos para cumprir esse objetivo, que estão alinhados com a estratégia governamental e visam impulsionar o desenvolvimento econômico e social (Olivieri, 2007).

Uma das funções primárias dos bancos públicos é fornecer empréstimos e financiamentos a setores e projetos estratégicos. Eles oferecem taxas de juros favoráveis e prazos flexíveis, tornando o crédito mais acessível para empresas e instituições envolvidas em iniciativas de mudanças estruturais, como desenvolvimento de infraestrutura, inovação tecnológica e energia sustentável (Olivieri, 2007).

Bancos públicos frequentemente adquirem participações acionárias em empresas ou setores estratégicos, permitindo-lhes influenciar diretamente a direção e o desenvolvimento dessas empresas. Isso é particularmente importante quando o Estado busca promover setores específicos, como tecnologia, energia limpa ou manufatura avançada. Podem fornecer garantias e seguros para mitigar riscos associados a investimentos de longo prazo ou projetos de alto impacto. Essas garantias podem atrair investidores privados, tornando os projetos mais viáveis (Mazzucato, 2014).

Bancos públicos muitas vezes investem diretamente em startups e empresas inovadoras por meio de capital de risco. Isso estimula a inovação e ajuda a desenvolver novos setores econômicos e podem alocar recursos para apoiar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico. Eles oferecem empréstimos ou subsídios para universidades, institutos de pesquisa e empresas que trabalham em projetos de P&D (Mazzucato, 2014).

Eles utilizam uma combinação de instrumentos financeiros e estratégias para financiar os investimentos necessários para promover mudanças estruturais na economia. Suas ações estão alinhadas com as prioridades do governo e desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico e na promoção de setores estratégicos para o país (Mazzucato, 2014).

A seguir, irei discutir com mais detalhes um modelo específico de financiamento que tem ganhado destaque nos últimos anos: o Blended Finance (financiamento misto). O Blended Finance é uma abordagem que combina recursos financeiros públicos, privados e filantrópicos para financiar projetos com impacto social e ambiental positivo. Será explorado a seguir como esse modelo funciona, seus

benefícios e desafios, e como ele tem sido aplicado para promover mudanças estruturais e inovação em diferentes setores da economia.

3.1 Uma Concisa Retrospectiva da Progressão do Conceito de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Para uma compreensão completa do desenvolvimento econômico sustentável, é essencial, em primeiro lugar, compreender o conceito de desenvolvimento econômico e distingui-lo do conceito de crescimento econômico. Depois de explorar esses conceitos, é viável abordar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do desenvolvimento sustentável global (Rodrigues *et al.*, 2015).

O crescimento econômico é uma métrica que avalia o avanço material de um país, sem levar em consideração como os bens e serviços produzidos são distribuídos entre os diversos agentes (Rodrigues; Rippel, 2015). Tradicionalmente, ele é quantificado por meio do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e, por um longo período, foi empregado como indicador do padrão de vida. Prevalencia a ideia de que essas variáveis eram diretamente proporcionais, ou seja, um aumento no PIB - indicando crescimento econômico - automaticamente resultaria em uma melhoria na qualidade de vida.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico abrange a avaliação do padrão de vida levando em consideração indicadores de qualidade, tais como acesso à educação e saúde, qualidade de vida, disponibilidade de lazer, acesso a uma alimentação adequada e expectativa de vida. Dessa forma, é uma temática multidisciplinar que incorpora aspectos econômicos, ambientais, políticos e sociais (Rodrigues; Rippel, 2015).

As teorias de crescimento econômico, em contraste, concentram-se principalmente na instabilidade do sistema capitalista e nas conseqüentes flutuações na atividade produtiva, buscando frequentemente soluções de curto prazo. Por outro lado, o desenvolvimento econômico é orientado para o longo prazo e prioriza fatores qualitativos, enfrentando desafios significativos como a erradicação da pobreza e a promoção de uma distribuição de renda mais equitativa (Rodrigues; Rippel, 2015).

Enquanto as variáveis consideradas para a análise do crescimento econômico incluem fatores como poupança, investimento, produtividade, progresso tecnológico e

capital humano, o desenvolvimento econômico se baseia nos pilares do progresso humano, social e ambiental (Rodrigues; Rippel, 2015).

O conceito de desenvolvimento sustentável visa assegurar a preservação da qualidade de vida para as gerações futuras, garantindo que os próximos indivíduos tenham, no mínimo, o mesmo nível de acesso aos recursos disponíveis atualmente. Esse termo é resultado de avanços nas teorias de desenvolvimento econômico que culminaram na ideia de um desenvolvimento que promova o bem-estar social, econômico e ambiental de maneira integrada (Gurski; Reiser, 2012).

A partir da década de 1960, a degradação ambiental emergiu como um tema central nas principais discussões mundiais, e em 1972 ocorreu o primeiro diálogo internacional significativo: a Conferência de Estocolmo (Gurski; Reiser, 2012). Nesse mesmo ano, o Clube de Roma introduziu o conceito de crescimento zero com base no relatório "Limites do Crescimento". As variáveis abordadas nesse relatório - incluindo aumento da industrialização, crescimento populacional acelerado, desnutrição, exaustão de recursos naturais não renováveis e deterioração ambiental - apontavam para um iminente colapso global caso não houvesse mudanças nos padrões de crescimento econômico e demográfico dos países (Rei; Gonçalves; Souza, 2017).

Entretanto, os países desenvolvidos inicialmente resistiram às mudanças, em grande parte devido à crença de que crescimento econômico e desenvolvimento estavam intrinsecamente ligados (Rei; Gonçalves; Souza, 2017). Enquanto isso, os países em desenvolvimento enfrentariam um cenário de estagnação econômica caso a ideia de crescimento zero fosse adotada. De acordo com Sachs (2012), enquanto persistir uma grande disparidade entre ricos e pobres, o conceito de crescimento zero e a desindustrialização não seriam alternativas aceitáveis. Assim, as questões relacionadas ao meio ambiente e às necessidades sociais deveriam ser abordadas simultaneamente com o objetivo de buscar o desenvolvimento econômico, sem que uma fosse sacrificada em detrimento da outra.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030, que representou uma evolução em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esta nova agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituíram os ODM, representando um compromisso renovado e ampliado. A Agenda 2030 é um plano de ação abrangente que tem como objetivo integrar as dimensões econômica, social e ambiental, além de abordar

questões transversais, como a desigualdade de gênero e o acesso à justiça. A seguir, estão listados os 17 ODS que compõem essa agenda:

1. Erradicação da pobreza: Eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.

2. Fome zero e agricultura sustentável: Acabar com a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover práticas agrícolas sustentáveis.

3. Saúde e bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades.

4. Educação de qualidade: Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

5. Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

6. Água potável e saneamento: Garantir o acesso à água potável e a gestão sustentável de recursos hídricos e saneamento para todos.

7. Energia limpa e acessível: Assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e acessível à energia para todos.

8. Trabalho decente e crescimento econômico: Promover crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho digno para todos.

9. Indústria, inovação e infraestrutura: Desenvolver infraestruturas resilientes, promover uma industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

10. Redução das desigualdades: Diminuir as disparidades dentro e entre países.

11. Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar as áreas urbanas e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis: Garantir práticas de produção e consumo sustentáveis.

13. Ação contra a mudança global do clima: Tomar medidas imediatas para combater a mudança climática e seus efeitos.

14. Vida na água: Conservar e promover o uso sustentável dos ecossistemas marinhos e oceânicos.

15. Vida terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, interromper a degradação da terra e preservar a biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a cooperação global para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2015).

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2015.

A urgência e as necessidades da nova era, a ser abordada até 2030, refletem a crescente pressão da atividade humana sobre os recursos naturais, comparável às mudanças de eras geológicas e identificada por Paul Crutzen, laureado com o Prêmio Nobel de Química, como o Antropoceno, ou a era dos seres humanos (Krannich; Reiser, 2021).

Nessa era, observamos as intensas pressões da atividade humana sobre os sistemas terrestres essenciais, como os ciclos do carbono, hidrogênio e água, tanto em escala local quanto global. Ela envolve o enfrentamento simultâneo de diversos desafios ambientais, como as mudanças climáticas (resultantes das emissões de gases do efeito estufa e do subsequente aumento da temperatura global), a poluição ambiental (decorrente do envenenamento de ecossistemas devido ao uso de fertilizantes à base de fósforo e hidrogênio), a acidificação dos oceanos (causada pelo aumento na concentração de dióxido de carbono na atmosfera), a perda de biodiversidade e de florestas (decorrente da exploração de madeira e conversão em áreas de pastagem) e a exaustão dos recursos naturais, incluindo os recursos fósseis e a água subterrânea (Sachs, 2012).

Dessa maneira, considerando a importância abrangente da Agenda 2030, surge a necessidade premente de novas fontes e mecanismos de financiamento. O ponto de partida para essa discussão remonta a 2015, na cidade de Adis Abeba, Etiópia, durante a realização da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, promovida pela ONU. Esse evento culminou na criação da Agenda de Ação de Adis Abeba (Krannich; Reiser, 2021).

A Agenda de Ação de Adis Abeba constitui uma estrutura global que tem como objetivo alinhar os fluxos de financiamento com as prioridades estabelecidas na Agenda 2030. Ela se divide em sete áreas fundamentais, sendo a primeira delas relacionada aos recursos públicos domésticos. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de atuação dos Bancos de Desenvolvimento (BDs) nacionais e regionais para mobilizar os recursos financeiros indispensáveis à efetiva implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UN, 2015).

3.2 O Blended Finance: estrutura e inovações

Com o potencial para se tornar um dos maiores modelos financeiros globais, o Blended Finance representa uma excelente alternativa para empresas que buscam atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU (Basile; Dutra, 2019).

O termo "Blended Finance", traduzido como "financiamento misto", refere-se a um modelo de negócios que tem como objetivo combinar recursos financeiros de diferentes origens, sejam eles públicos, privados ou filantrópicos, para alcançar um objetivo comum: promover investimentos em projetos de natureza sustentável em países em desenvolvimento (Basile; Dutra, 2019).

Este conceito está desempenhando um papel significativo ao destacar um dos temas mais cruciais da atualidade e está contribuindo para o aumento do fluxo de recursos destinados a áreas com impacto social. Conseqüentemente, isso está ajudando a reduzir a pobreza extrema e a taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos, o que possibilita o cumprimento de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Basile; Dutra, 2019).

A jornada teve início com a formação de um grupo multidisciplinar liderado pela Área de Gestão Socioambiental, composto por especialistas de diversas áreas, incluindo mercado de capitais, processos, planejamento, finanças e jurídico. Esse

grupo foi montado em meados de 2021, e para acompanhar todas as etapas do processo, utilizou-se um sistema interno de controle. A gestão desse processo foi realizada pela equipe do Escritório de Projetos do BNDES que desempenhou um papel fundamental no apoio à condução dos trabalhos (Basile; Dutra, 2019).

Durante a fase inicial de formação do grupo, identificou-se a necessidade de estabelecer um conjunto mínimo de regulamentos para assegurar o uso apropriado dos recursos não reembolsáveis, especialmente no contexto de uma abordagem de Blended Finance. Isso se deve às particularidades desse modelo, uma vez que ele envolve a combinação de recursos de diferentes origens (Jung, 2020).

Na prática, essas doações são concedidas a organizações com compromissos e responsabilidades específicos como contrapartida. Essa definição desempenhou um papel essencial na criação da nova abordagem, bem como no desenvolvimento do processo necessário para sua formulação (Jung, 2020).

No caso em questão, a nova abordagem precisava ser altamente flexível e tinha como principal objetivo testar instrumentos e estruturas financeiras inovadoras. Além dessa premissa inicial, o grupo buscou referências nas melhores práticas internacionais, como os princípios de Blended Finance, bem como em outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs). Essas referências foram adaptadas ao contexto do país e ao papel desempenhado pelo BNDES (Jung, 2020).

A partir desse estudo, emergiram diversos objetivos adicionais que a nova abordagem deveria buscar, incluindo a mobilização de recursos de terceiros, a geração de impacto socioambiental positivo, o apoio a iniciativas inovadoras com potencial de escalabilidade, e a implementação de um rigoroso sistema de monitoramento e avaliação de impacto. Esse último aspecto foi considerado fundamental para a prestação de contas e para a avaliação da eficácia da iniciativa (Andersen *et al.*, 2019).

Um dos objetivos fundamentais, que foi uma constante ao longo de todo o processo, era a ideia de que seria crucial promover o desenvolvimento integral do ecossistema. Nesse sentido, reconheceu-se que os agentes intermediários, encarregados de gerenciar a captação de recursos (tanto concessionais quanto comerciais) e a execução dos projetos na prática, desempenhariam um papel de extrema importância e distinto. Sua função seria análoga à dos gestores de fundos no mercado de capitais, contribuindo significativamente para profissionalizar e fortalecer

os atores de mercado que muitas vezes operam com baixa governança e capacidade limitada de prestação de contas (Andersen *et al.*, 2019).

Portanto, em dezembro de 2021, o BNDES lançou o Fundo Blended Finance (BFBF) com o propósito de equipar o banco com os instrumentos e recursos necessários para apoiar iniciativas de Blended Finance. Esse esforço tinha como objetivo principal estimular o aprendizado institucional dentro do BNDES, promover o desenvolvimento do mercado brasileiro e fortalecer o ecossistema como um todo (Andersen *et al.*, 2019).

Dessa maneira, a criação do Fundo tinha como finalidade estabelecer um espaço dedicado à inovação. Ele previa que os recursos não reembolsáveis seriam aplicados de maneira experimental e inovadora, servindo como uma plataforma para desenvolver novos modelos e instrumentos financeiros utilizando abordagens híbridas ou combinadas, conhecidas como "Blended Finance". As lições aprendidas com essas iniciativas inovadoras seriam posteriormente aplicadas na replicação e escalabilidade das estruturas mais adequadas ao BNDES (Attridge; Engen, 2019).

A abordagem de apoio do BFBF se concentraria estritamente na utilização de chamadas públicas para a seleção de estruturas blended. Essas chamadas públicas seriam conduzidas por um intermediário, também conhecido como estruturador, que seria encarregado de desenvolver os projetos, bem como captar e gerenciar os recursos. Esses projetos utilizariam desenhos híbridos ou combinados de instrumentos financeiros e enfatizariam a incorporação de práticas de governança sólidas e uma prestação de contas adequada (Attridge; Engen, 2019).

Vale ressaltar que o regulamento do BFBF foi concebido com a máxima flexibilidade possível, com o intuito de deixar para os editais, que seriam lançados durante as chamadas públicas, o detalhamento mais específico em relação aos temas escolhidos, seus objetivos, diretrizes e critérios de priorização (Attridge; Engen, 2019).

Com a estruturação financeira definida, deu-se início à elaboração do primeiro edital. A Área de Gestão Socioambiental, onde a iniciativa teve origem, apresentou um forte interesse em liderar projetos dessa natureza, dada a sua expertise e atribuições relacionadas. Outra área naturalmente interessada foi aquela responsável pela agenda de inovação dentro do BNDES, que está ligada às atividades da indústria (Pereira, 2017).

A comunicação desempenhou mais uma vez um papel importante em todo o processo. Isso incluiu diálogo contínuo com as equipes internas para definir o escopo

da chamada e seus critérios, bem como a comunicação externa. Assim como na etapa anterior, foram realizadas reuniões para testar os conceitos com uma ampla gama de stakeholders, especialmente estruturadores e gestores. Essas reuniões foram essenciais para fazer ajustes e validar aspectos importantes do edital. Além disso, essa fase desempenhou um papel importante na busca por ampliar o alcance da Seleção Pública, chamando a atenção de potenciais parceiros que poderiam contribuir futuramente para o financiamento dos projetos (Pereira, 2017).

A estratégia de financiamento misto, também conhecida como "Blended Finance", apresenta uma versatilidade notável, adaptando-se facilmente a diversas áreas, como saúde, educação, infraestrutura e energia. No entanto, sua aplicação não se limita a esses setores, pois todas as indústrias buscam cada vez mais adotar práticas sustentáveis como parte integrante de seus modelos de negócios (Ronquim, 2022).

Um dos principais benefícios desse modelo é a redução significativa de riscos financeiros. Independentemente do setor em que é aplicado, a diversificação de investidores resulta na fragmentação das perdas, minimizando o impacto sobre as empresas envolvidas. Isso proporciona uma maior estabilidade e segurança em termos de retorno financeiro (Ronquim, 2022).

Além disso, a estratégia de financiamento misto impulsiona o aumento das receitas das empresas. A variedade de investimentos disponíveis acelera os fluxos de capital, resultando em ganhos em escala. Isso não apenas beneficia as organizações financeiramente, mas também fortalece sua capacidade de inovação e crescimento sustentável (Cofferi, 2021).

Outra vantagem fundamental é a criação de novas oportunidades de investimento. As empresas que adotam práticas alinhadas aos critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) agora têm a capacidade de explorar escolhas anteriormente inviáveis devido à falta de recursos financeiros. Esse novo posicionamento não apenas influencia a percepção das organizações no mercado, mas também atrai a atenção de consumidores conscientes que buscam apoiar empresas comprometidas com a sustentabilidade (Cofferi, 2021).

De acordo com estimativas divulgadas pelo Fórum Econômico Mundial, a necessidade de financiamento para projetos de adaptação climática nas próximas décadas é substancial, variando entre US\$ 140 bilhões e US\$ 300 bilhões anualmente, especialmente por parte dos países em desenvolvimento. Esses valores

são cruciais para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças climáticas e garantir a resiliência das comunidades e ecossistemas afetados (Magalhães, 2013).

Uma perspectiva encorajadora é que o conceito de financiamento misto, ou Blended Finance, está ganhando momentum em grandes empresas em todo o mundo. A tendência é que esse tipo de financiamento experimente um crescimento exponencial nos próximos anos. O Banco Mundial destaca que, de 2010 a 2019, foram aportados US\$ 1,2 bilhão em iniciativas filantrópicas que apoiaram 212 projetos de impacto social. Esse investimento demonstra a crescente conscientização sobre a importância de abordagens inovadoras para enfrentar os desafios sociais e ambientais (Moreira; Comini, 2021).

À medida que avançamos para o futuro, torna-se cada vez mais crucial que os setores público, privado e filantrópico unam esforços e recursos para promover transformações significativas. Essa colaboração é essencial para construir um mundo mais sustentável e resiliente para as próximas gerações. A responsabilidade recai sobre todos nós, e é fundamental que cada um dê o primeiro passo em direção a um futuro mais promissor e sustentável (Moreira; Comini, 2021).

3.3 O Papel dos Bancos de Desenvolvimento e dos Organismos Multilaterais na Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Apesar dos esforços contínuos de diversos setores da sociedade em direção ao desenvolvimento sustentável, a atual economia ainda apresenta vulnerabilidades significativas quanto à possibilidade de limitar o aumento da temperatura global a 2°C e de abordar de maneira eficaz a desigualdade social e a degradação dos recursos naturais. Essa situação evidencia uma falha no mercado, uma vez que as políticas e as mudanças comportamentais evoluem de forma bastante lenta para transformar a economia, mesmo diante dos custos evidentes que a manutenção do status quo dos negócios impõe à sociedade (Rosa, 2018).

Para catalisar uma mudança positiva e estabelecer um novo paradigma, é necessário focar em dois elementos cruciais que têm influência abrangente sobre os negócios: políticas públicas e serviços financeiros. Quando combinados, esses elementos têm o potencial de atrair capital que busca gerar impacto social e ambiental, ao mesmo tempo em que almeja retornos financeiros. Embora não sejam os únicos impulsionadores de transformação nos negócios, uma vez que a sociedade civil e a

mudança cultural nas organizações também desempenham papéis críticos, os Bancos de Desenvolvimento (BDs) podem desempenhar um papel proeminente ao fornecer produtos e serviços financeiros que facilitam a implementação de políticas públicas (Rosa, 2018).

Segundo Marodon (2020), o cenário global conta com aproximadamente 450 Bancos de Desenvolvimento (BDs), que geralmente são classificados de acordo com seus objetivos e áreas de atuação, abrangendo instituições subnacionais, nacionais, regionais, sub-regionais e multilaterais.

Os BDs subnacionais são predominantemente estabelecidos pelo governo local e têm a missão de atender a uma área geográfica específica, com foco especial no apoio a micro e pequenas empresas. Os BDs nacionais, como o nome sugere, operam em escala nacional. Já os regionais e sub-regionais atendem a mutuários definidos por critérios pré-estabelecidos, que podem ser geográficos, religiosos ou políticos, conforme destacado por Marodon (2020). Por sua vez, os BDs multilaterais têm uma atuação global dentro de suas metas e estratégias.

A primeira instituição multilateral de desenvolvimento, o Banco Mundial, foi estabelecida durante a Conferência de Bretton Woods em 1944. Ao longo das décadas subsequentes, o papel e o comportamento desses Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) passaram por revisões periódicas. Em cada período e de acordo com a região em questão, as formas de financiamento dessas instituições foram reavaliadas à luz das evoluções nas definições de desenvolvimento econômico e das mudanças na conjuntura econômica, como observado por Bresser-Pereira e Bechelaine (2019). Historicamente, os organismos multilaterais desempenharam um papel significativo no processo de descolonização, incentivando a criação de regimes financeiros e comerciais internacionais, além de colaborarem na redução dos custos políticos da transição entre o colonialismo e a racionalização do desenvolvimento (Murphy e Augelli, 1993).

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) são intermediários financeiros de alcance internacional que desempenham um papel crucial na alocação de recursos financeiros obtidos nos mercados de capitais privados ou provenientes de fontes oficiais. Esses recursos são direcionados para o financiamento de projetos que oferecem altos retornos socioeconômicos a custos competitivos. Vale ressaltar que, embora esses investimentos possam proporcionar um retorno financeiro relativamente baixo, seu principal propósito é promover a igualdade no crescimento

econômico dos países mutuários e facilitar seu acesso aos mercados internacionais de crédito (Amaral, 2018).

Diferentemente dos bancos comerciais, cujo foco principal é a maximização de lucros, os BMDs têm como meta a busca por retornos que sustentem sua operação e, ao mesmo tempo, permitam que cumpram seu importante papel no financiamento do desenvolvimento de médio e longo prazo dos Estados-membros (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Além disso, os BMDs desempenham uma função fundamental ao fornecerem assistência técnica e expertise em áreas-chave, auxiliando os países mutuários na concepção, implementação e monitoramento de projetos de desenvolvimento. Isso contribui para que esses países alcancem seus objetivos socioeconômicos, promovam a redução da pobreza e enfrentem desafios globais, como as mudanças climáticas e a promoção de práticas sustentáveis. Portanto, os BMDs desempenham um papel estratégico no cenário internacional, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das nações (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) podem ser categorizados em três níveis distintos, que refletem sua área de atuação: globais, regionais e sub-regionais. É importante destacar que essas instituições não seguem uma abordagem uniforme em termos de modalidades de ação ou prioridades políticas (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014). Portanto, cada banco multilateral desenvolve suas próprias regras de governança e estratégias operacionais, adaptando-as às necessidades e objetivos específicos dos países mutuários que atendem.

Apesar dessa diversidade operacional, os BMDs desempenham funções centrais que incluem a mobilização de recursos financeiros, o apoio institucional por meio da transferência de conhecimentos e informações relevantes, bem como o fornecimento de bens públicos globais e regionais. Nesse contexto, é importante ressaltar que, nos dias de hoje, as agências multilaterais convergem, de forma geral, em direção às metas e princípios relacionados ao desenvolvimento sustentável (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Os BMDs desempenham um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis, na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na busca de soluções que promovam o bem-estar das nações e a redução da desigualdade global. Suas atividades abrangem uma ampla gama de setores, incluindo educação, saúde, infraestrutura, energia, meio ambiente e desenvolvimento social. Assim, essas

instituições desempenham um papel estratégico na cooperação internacional, contribuindo para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU (Petry, 2018).

O papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) é notável, especialmente quando se trata do financiamento do desenvolvimento sustentável e da disseminação de conhecimentos avançados, de acordo com o Overseas Development Institute (ODI, 2015). Portanto, a ONU incentiva essas instituições multilaterais a adaptarem suas operações para alinhar-se à agenda de desenvolvimento sustentável proposta.

Esses BMDs desempenham um papel importante ao mobilizar recursos financeiros e fornecer assistência técnica para projetos que buscam promover o crescimento econômico inclusivo, mitigar os impactos das mudanças climáticas e alcançar metas ambiciosas em áreas como educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento social. Sua atuação abrange desde a promoção da igualdade de gênero até a melhoria da governança e a redução da pobreza (Petry, 2018).

Além disso, essas instituições desempenham um papel ativo na criação de sinergias e parcerias globais, colaborando com governos, organizações da sociedade civil e setor privado para enfrentar desafios complexos e urgentes que afetam as nações em desenvolvimento. Portanto, os BMDs desempenham um papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo, contribuindo significativamente para o avanço das metas globais de sustentabilidade e bem-estar (Scarano, 2023).

Os Bancos de Desenvolvimento (BDs) desempenham um papel central na economia, atuando para suprir as lacunas do mercado e oferecer soluções financeiras em segmentos que não são devidamente atendidos de forma comercial. Isso geralmente abrange:

1. Projetos em que os benefícios sociais superam os benefícios comerciais.
2. Projetos de longo prazo ou com execução prolongada.
3. Empreendimentos de alto risco relacionados à inovação, que envolvem novas tecnologias ou modelos de negócios.
4. Projetos em regiões menos desenvolvidas ou remotas.
5. Pequenos atores sem histórico de crédito estabelecido (Nascimento, 2012).

Ao longo do tempo, os BDs têm adaptado seus mandatos de acordo com as demandas e contextos históricos. Historicamente, eles desempenharam um papel

importante na industrialização de países e na reconstrução pós-guerra. Nas décadas de 1980 e 1990, começaram a cumprir funções adicionais, como democratizar o acesso ao crédito, criar empregos, fortalecer o mercado de capitais e desenvolver a capacidade de avaliação de projetos e medição de eficácia. Além disso, é importante destacar a necessidade crescente de ações de financiamento anticíclico e promoção da sustentabilidade, especialmente em resposta ao impacto econômico significativo resultante da convergência de múltiplas crises (Scarano, 2023).

De acordo com um estudo recente intitulado "Uma nova economia para uma nova era", as crises social e econômica relacionadas à pandemia da Covid-19 destacaram as vulnerabilidades resultantes do baixo crescimento econômico, do aumento das desigualdades dentro e entre países e da crise climática. A pandemia revelou a importância de uma gestão de riscos robusta e demonstrou como as pessoas, comunidades e a economia estão interconectadas (Scarano, 2023).

Além disso, o Fórum Econômico Mundial também tem enfatizado, em seus relatórios anuais sobre riscos globais, o aumento da probabilidade e do impacto dos riscos relacionados ao meio ambiente. Em 2020, dos dez riscos mais prováveis de ocorrer destacados no relatório, os cinco primeiros estavam relacionados ao meio ambiente: (i) eventos climáticos extremos, (ii) falta de ação climática, (iii) desastres naturais, (iv) perda de biodiversidade e (v) desastres ambientais causados pela ação humana (WEF, 2020). Em 2021, além dos riscos ambientais, o relatório também destacou o impacto das doenças contagiosas como um dos riscos mais relevantes (WEF, 2021).

Portanto, torna-se evidente a necessidade de uma ação rápida para reverter a tendência de crescentes riscos ambientais e acelerar os investimentos em sustentabilidade (Guiomar *et al.*, 2023).

A Agenda 2030, por meio da definição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas correspondentes, desempenha um papel orientador crucial para os investimentos que buscam levar em conta os limites ambientais do planeta e ao mesmo tempo maximizar os impactos econômicos e sociais positivos (Guiomar *et al.*, 2023).

De acordo com o Relatório de Investimento Mundial da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2014), que serve como referência para avaliar os recursos necessários para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, estima-se que sejam necessários

investimentos globais da ordem de aproximadamente US\$ 6 trilhões por ano. Para os países em desenvolvimento, estima-se que os investimentos anuais necessários estejam na faixa entre US\$ 3,3 trilhões e US\$ 4,5 trilhões. Esses investimentos seriam direcionados principalmente para áreas como infraestrutura básica (incluindo estradas, ferrovias, portos, estações de energia, água e saneamento), segurança alimentar (agricultura e desenvolvimento rural), medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, além de saúde e educação (Siqueira, 2019).

No que diz respeito aos níveis de investimento em setores críticos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os países em desenvolvimento enfrentariam uma lacuna anual de aproximadamente US\$ 2,5 trilhões para alcançar essas metas. Essa cifra representa uma quantia significativa de recursos a serem mobilizados até 2030, particularmente em um contexto global de desafios econômicos, no qual os investimentos privados estrangeiros estão enfrentando pressões significativas (Chan; Freitas, 2021).

Dessa forma, os Bancos de Desenvolvimento (BDs) desempenham um papel de extrema importância nessa agenda, expandindo as oportunidades de financiamento disponíveis. Além de sua inclinação natural para iniciativas de cunho socioambiental, eles oferecem financiamento público e têm a capacidade de mobilizar recursos privados para investimentos em setores cruciais. Além disso, devido às suas características distintas, como especialização técnica e habilidade para executar projetos complexos e de longo prazo, podem ser parceiros essenciais para as economias em níveis nacional e subnacional, especialmente na viabilização de projetos de infraestrutura, que desempenham um papel vital na consecução da maioria dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) (UNCTAD, 2018).

Por fim, é importante destacar que os BDs também podem ser agentes catalisadores de transformação na transição para um modelo econômico que promova o crescimento sustentável (Marodon, 2022). Eles desempenham um papel crucial ao assegurar que os padrões de consumo e produção estejam alinhados com a sustentabilidade, de modo que o sucesso econômico não seja medido exclusivamente pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também pelos resultados positivos alcançados em termos de equidade e bem-estar social.

A atuação do BNDES como banco de desenvolvimento nacional público está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No âmbito de seu planejamento estratégico de longo prazo, o Banco estabeleceu sete missões

que abordam desafios do desenvolvimento brasileiro e direcionam suas principais agendas. Todas essas missões têm contribuições significativas para o alcance dos ODS (BNDES, 2021):

1. Infraestrutura
2. Estrutura produtiva
3. Socioambiental
4. Inovação
5. Desenvolvimento do mercado de capitais
6. Modernização do Estado e desenvolvimento territorial
7. Ações anticíclicas e emergenciais

Adicionalmente, em 2019, o BNDES implementou o Plano Trienal 2020-2022 (BNDES, 2019) como um novo instrumento de planejamento estratégico. Esse plano visa aumentar a transparência das contribuições do Banco e comunicar à sociedade brasileira suas iniciativas transformadoras, todas alinhadas com os temas dos ODS. Essas iniciativas abrangem operações de crédito e serviços oferecidos pela instituição e incluem metas ambientais, como projetos relacionados a energia renovável, saneamento, mobilidade urbana e ferrovias, bem como metas sociais, como aquelas relacionadas à saúde, educação, segurança e emprego (Marodon, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por soluções que atendam às crescentes demandas de combate às mudanças climáticas e promoção do desenvolvimento sustentável, este estudo explorou as inovações financeiras, com foco especial no conceito de Blended Finance. O objetivo geral foi mostrar como essa estratégia pode desempenhar um papel crucial no financiamento dos investimentos necessários para mitigar os impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas.

Ao longo desta pesquisa, examinamos as principais características do Blended Finance, suas aplicações em diversos setores e regiões, bem como os benefícios e desafios associados a essa abordagem. Ficou evidente que o Blended Finance oferece um potencial significativo para mobilizar recursos financeiros, promover a inovação e estimular parcerias entre diversos atores, incluindo governos, setor privado e organizações da sociedade civil.

Além disso, demonstramos como o Blended Finance pode contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas, principalmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade, energia limpa, ação contra as mudanças climáticas, entre outros.

Contudo, também reconhecemos os desafios e obstáculos que cercam a implementação efetiva do Blended Finance, como a necessidade de alinhar interesses de diferentes partes, garantir a transparência e a responsabilidade, bem como superar barreiras regulatórias e de governança.

Nesse contexto, é fundamental que a comunidade internacional, governos, instituições financeiras, organizações não governamentais e o setor privado trabalhem em conjunto para promover o uso responsável e eficaz do Blended Finance. Essa abordagem financeira inovadora tem o potencial de acelerar a transição para uma economia mais sustentável e resiliente às mudanças climáticas, protegendo o planeta e melhorando a qualidade de vida das gerações futuras.

Portanto, à medida que concluímos este estudo, reafirmamos a importância de continuar explorando e aprimorando as estratégias de Blended Finance como parte integrante dos esforços globais para enfrentar os desafios críticos das mudanças climáticas e alcançar um futuro mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BNDES DE NOTÍCIAS. Com US\$30 bi, BNDES é maior financiador de energia limpa do mundo, mostra levantamento. Agência BNDES de Notícias, Rio de Janeiro, 23 jul. 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Com-US\\$-30-bi-BNDES-emaior-financiador-de-energia-limpa-do-mundo-mostra-levantamento-00001](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Com-US$-30-bi-BNDES-emaior-financiador-de-energia-limpa-do-mundo-mostra-levantamento-00001). Acesso em: 08 dez 2023.

ALMEIDA, Fernando. **Desenvolvimento sustentável 2012-2050: visão, rumos e contradições**. Elsevier Brasil, 2012.

AMARAL, Raquel Dantas do. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o estado brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial-o caso do Ceará**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANDERSEN, Ole Winckler et al. Blended finance evaluation: Governance and methodological challenges. 2019.

ANDRADE, S M de. **Metodologia de pesquisa**. 2020.

ATTRIDGE, Samantha; ENGEN, Lars. **Blended finance in the poorest countries: the need for a better approach**. ODI Report, 2019.

BARROSO, Luís Roberto. Revolução tecnológica, crise da democracia e mudança climática: limites do direito num mundo em transformação. **Rei-Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 1234-1313, 2019.

BASILE, Irene; DUTRA, Jarrett. Blended finance funds and facilities: 2018 survey results. 2019.

BRASIL, O. N. U. Organização das Nações Unidas Brasil. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda**, v. 2030, 2015. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#). . Acesso em: 06 dez 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; BECHELAINE, Cinthia. Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 755-767, 2019.

CARVALHO, J F S; PIMENTA, Carlos A M; OLIVEIRA, S D. Entre a ciência e a complexidade dos novos objetos de pesquisa. A construção interdisciplinar de uma metodologia de pesquisa científica. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 9, n. 18, 2018.

CHAN, Isabela Yumi Ribeiro Kitajima; FREITAS, Marta Bandeira de. O papel dos bancos de desenvolvimento na Agenda 2030: o caso do BNDES. 2021. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22043>. Acesso em: 09 dez 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. Editora manole, 2004.

COFFERI, Luis Eduardo. Governança corporativa, a implantação e a criação de valor em empresas familiares: um estudo de caso múltiplo no Estado do Rio Grande do Sul. 2021.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; FORERO GONZALEZ, Manuel José; ALMEIDA, Nathália Filgueiras de. A lógica de funcionamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu relacionamento com o Brasil no período 1990-2012. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3793>. Acesso em: 09 dez 2023.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. 2019.

FERDOWSI, Mir A. UNCTAD–United Nations conference on trade and development. In: **A Concise Encyclopedia of the United Nations**. Brill Nijhoff, 2010. p. 698-705.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOLDEMBERG, JOSÉ. Trinta anos da Convenção do Clima. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 277-288, 2023.

GUIOMAR, Julio Salarini et al. O papel do BNDES na ampliação do financiamento aos ODS: Lições do edital de Blended Finance. **Brazilian Review of Finance**, v. 21, n. 1, p. 125-140, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v21n1.2023.89029>. Acesso em: 07 dez 2023.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**, v. 1, n. 7, p. 65-79, 2012.

HERMANN, Jennifer. Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 397-414, 2011.

JUNG, Hongjoo. Development finance, blended finance and insurance. **International Trade, Politics and Development**, v. 4, n. 1, p. 47-60, 2020.

KRANNICH, Anna-Lena; REISER, Dirk. The United Nations sustainable development goals 2030. In: **Encyclopedia of sustainable management**. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 1-5.

MAGALHAES, Aline Souza. Economia de baixo carbono no Brasil: alternativas de políticas e custos de redução de emissões de gases de efeito estufa. 2013.

MARODON, Régis. Can development banks step up to the challenge of sustainable development?. **Review of Political Economy**, v. 34, n. 2, p. 268-285, 2022.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MOREIRA, Wendell Tadeu; COMINI, Graziella Maria. Como grandes corporações de tecnologias estão atuando no desenvolvimento de inovações sociais: um estudo de caso. **Anais**, 2021.

MURPHY, Craig N.; AUGELLI, Enrico. International institutions, decolonization, and development. **International Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 71-85, 1993.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>. Acesso em: 08 dez 2023.

OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, p. 147-168, 2007.

ODM BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Brasília, DF: ODM Brasil, 2015. Disponível em: www.odmbrasil.gov.br. Acesso em: 08 dez 2023.

PEREIRA, Javier. **Blended Finance: What it is, how it works and how it is used**. Oxfam International, 2017.

PETRY, Amanda. Financiando a infraestrutura para o desenvolvimento: a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento na Índia. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/196034>. Acesso em: 08 dez 2023.

REI, Fernando Cardozo Fernandes; GONÇALVES, Alcindo Fernandes; DE SOUZA, Luciano Pereira. Acordo de Paris: reflexões e desafios para o regime internacional de mudanças climáticas. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 29, p. 81-99, 2017.

RODRIGUES, Katia Fabiane; RIPPEL, Ricardo. Desenvolvimento sustentável e técnicas de mensuração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 73-88, 2015.

RODRIGUES, Laura Beatriz Oliveira et al. A agenda global 2030 para o desenvolvimento sustentável: processo de formação e resultados. 2015.

RONQUIM FILHO, Adhemar. **Proposta de refinamento do marco regulatório do mercado livre de energia brasileiro com foco na bioeletricidade sucroenergética**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ROSA, Guilherme Salvador Santa. **O desenvolvimento de negócios sociais tecnológicos no Brasil: um estudo exploratório**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SACHS, Jeffrey D. From millennium development goals to sustainable development goals. **The lancet**, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012. Disponível em: DOI:[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0). Acesso em: 06 dez 2023.

SCARANO, Fabio Rubio. **O financiamento do BNDES ao Planejamento Espacial Marinho brasileiro e possíveis impactos no combate à poluição plástica**. 2023. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

SIQUEIRA, Felipe Alves Fontes. A importância do BNDES no financiamento deecoinovações em energia solar fotovoltaica distribuída para o desenvolvimento sustentável brasileiro. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/11739>. Acesso em: 08 dez 2023.

SMITH, Adam. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations: Volume One.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World investment report 2014: investing in the SDGs: an action plan. Geneva: UNCTAD, 2014.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World investment report 2020. Geneva: UNCTAD, 2020.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. The global risks report 2021. Cologny: WEF, 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM, weforum. The global risks report. 2020.